

Sexta-Feira, 10 de Abril de 2026

# Governador de Roraima diz que garimpos não são responsáveis pela crise indígena

## CASO DOS YANOMAMI

g1

O governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), disse em entrevista ao g1 que os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami não são os responsáveis pela atual crise sanitária e defendeu que o governo federal crie alternativa de rendas para que os garimpeiros possam ser retirados do território.

"Em outras regiões que não tem garimpo os indígenas da terra Yanomami ele tem desnutrição. Então não quer dizer que é o garimpo, que é o fator predominante", disse.

A posição do governador contraria autoridades locais, como o Ministério Público Federal (MPF), líderes indígenas, organizações como a Hutukara Associação Yanomami, ambientalistas e o Ministério da Saúde que afirmam que a maior causa para se chegar ao atual caos sanitário da reserva foi o avanço do garimpo, frente à omissão do estado brasileiro em assegurar a proteção do território e, conseqüentemente, aos Yanomami.

Segundo a estimativa da Hutukara Associação Yanomami, cerca de 20 mil invasores estão atuando com o garimpo na terra indígena. O volume é uma ameaça a população, que está em cerca de 30 mil.

Em entrevista, Denarium defendeu a atividade garimpeira como fonte de renda para as pessoas que estão no território e afirmou que o governo precisa dialogar com os garimpeiros.

"Os garimpeiros têm que arrumar outra outra alternativa de rendimento com apoio do governo federal, para que possa tirar eles das áreas que eles estão trabalhando. Ou seja, o governo do estado trabalha pelas pessoas não indígenas, e indígenas também", disse ele em entrevista.

O governador disse ainda que não apoia a atividade de forma ilegal, como é feita no território Yanomami. No entanto, em seus últimos quatro anos de gestão não foram adotadas medidas que freassem a atividade ilegal no local.

Denarium, que é bolsonarista e pró-garimpo, sancionou duas leis que beneficiavam a atividade no primeiro mandato, enquanto a saúde Yanomami se agravava no território nos últimos quatro anos. Nos dois casos, as matérias foram consideradas inconstitucionais e barradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Sobre as recentes ações do Governo Federal no território Yanomami disse que o estado de Roraima como um todo precisa de suporte. "Não somente dos Yanomami, é de toda a população do estado de Roraima que precisa do atendimento e uma atenção melhor do Governo Federal", disse.

## **Aculturar**

Denarium ainda defendeu que as comunidades indígenas querem se aculturar -- ou seja, se adaptar fora da cultura Yanomami -- e que além de saúde e educação, eles querem carros.

"As comunidades indígenas, os povos indígenas, também têm o desejo de evoluir e ter o seu trator, ter o seu carro, ter parabólica, atendimento de saúde, eles querem também uma educação de boa qualidade. Aqui, em Roraima, nós temos indígenas que são médicos, advogados, professores".

## **Crise Yanomami**

Após várias imagens e relatos de avanço de doenças na Terra Yanomami, o Ministério da Saúde declarou emergência de saúde pública para combater desassistência de indígenas no território.

O governo federal também criou o Comitê de Coordenação Nacional para discutir e adotar medidas em articulação entre os poderes para prestar atendimento a essa população.

O plano de ação deve ser apresentado no prazo de 45 dias, e o comitê trabalhará por 90 dias – prazo que pode ser prorrogado.

Após visitar a Terra Indígena, o secretário de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, Weibe Tapeba, disse que o cenário é de guerra e planeja instalar dentro do território um hospital de campanha para atender os inúmeros indígenas doentes.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que esteve em Roraima com Lula, determinou abertura de inquérito policial para apurar o crime de genocídio e crimes ambientais na Terra Indígena Yanomami.

Na quarta-feira (25), a Polícia Federal abriu inquérito para investigar se houve crime de genocídio e omissão de socorro na assistência dada pelo governo federal aos Yanomami. A investigação foi aberta a pedido de Dino e vai tramitar em Roraima. Na sexta, foram feitas diligências na Casai.